

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS IDOSAS

Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma¹

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, e no Brasil esse processo tem se dado de forma acelerada. Em poucos anos haverá um número considerável de idosos, e, portanto, a atenção a estas pessoas deverá ser redobrada. Atualmente a população idosa já ocupa um espaço significativo na sociedade brasileira e há várias razões para tanto, dentre elas estão a diminuição da taxa de fecundidade, a redução da taxa de mortalidade, os avanços tecnológicos que proporcionaram melhores condições de saúde, dentre outras causas. Desta forma será necessário fixar diretrizes e estabelecer políticas públicas que tenham as pessoas de mais de 60 anos como foco. Assim, perante o aumento do número de idosos, a mobilização do governo deve ser intensa para que se formule, implemente e execute políticas públicas sociais direcionadas para esta parte da população. O estudo tem por objetivo pesquisar as políticas públicas na área educacional para o idoso de acordo com a Constituição e o Estatuto do Idoso. A finalidade deste estudo tem como ponto principal destacar a educação continuada para os viventes da terceira idade, ou seja, instituir nas universidades públicas as universidades abertas aos idosos. Como a universidade pública não pode se eximir da sua responsabilidade social, também neste aspecto, respaldada pelo Fórum de Pró-Reitores Extensão das Universidades Públicas que, consoante com esta responsabilidade, definiu como linha programática a atenção integral à terceira idade. Para tanto utilizará nesta pesquisa o método dedutivo e empírico por meio de procedimentos bibliográficos e pesquisa laboratorial analisando os modelos de universidades abertas existentes. Concluindo as políticas públicas educacionais e uma grande ferramenta de inclusão dos idosos, pois a educação funciona como um instrumento apto a despertar o ânimo e o interesse dos indivíduos na sociedade em que estão inseridos. É uma forma de encorajamento e incentivo pelo prazer de aprender, garantia de cidadania e aceitação do processo de envelhecimento.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Idosos

¹ Docente do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em Direito pela Fundação de Ensino Euripedes Soares da Rocha. E-mail vanessacosotti@hotmail.com. Coordenadora do Projeto de Extensão e pesquisa na áreas do Idoso